

SISTEMA DE DESEMPENHO TERRITORIAL BRASIL

NOVEMBRO DE 2014

CONTEXTO

- **O Brasil alcançou enormes progressos** rumo a um desenvolvimento rural sustentável. Por exemplo, o desmatamento da Amazônia caiu 70% abaixo da sua média de 10 anos, enquanto a produção agrícola continuou a crescer¹ (veja mapa abaixo).
- **Este progresso é frágil, pois não conseguiu entregar incentivos positivos.** A maioria dos agricultores, empresas e governos locais que contribuíram para o sucesso do Brasil ainda esperam pra ver benefícios tangíveis que reconheçam suas ações.
- **Também é frágil devido a fragmentação.** Os diversos processos de políticas públicas e das cadeias de abastecimento que objetivam apoiar a transição para o desenvolvimento rural sustentável estão desconectados, com definições concorrentes de sucesso que seguem levando agricultores, empresas e governos locais em diferentes direções.
- **O Sistema de Desempenho Territorial** é projetado para superar essa fragilidade.

OBJETIVO

Uma abordagem unificada que impulsiona a transição para cadeias de abastecimento sustentáveis, equitativas, e produtivas e um desenvolvimento rural incorporando territórios por inteiros (municípios, estados).

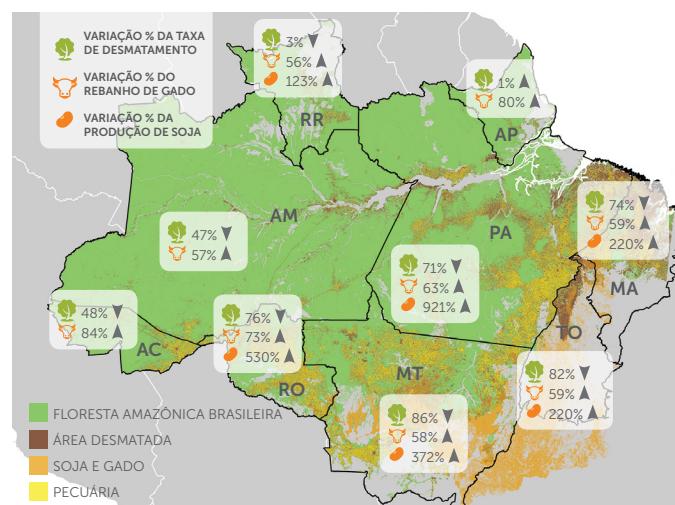
Ampliando a transição para a sustentabilidade em municípios e estados através da conexão entre o poder empresarial, dos produtores rurais, dos governos e da sociedade civil.

ESTRATÉGIA COM QUATRO PARTES

- **Incentivos positivos** para recompensar governos, empresas e agricultores que estão liderando a transição para a sustentabilidade
- **Consenso** sobre as metas e com prazos para medir o sucesso da transição rumo a um desenvolvimento sustentável
- **Sistema de monitoramento** com comunicações transparentes e confiáveis sobre os progressos obtidos rumo as metas almejadas
- **Pilotos** para testar e refinar a estratégia.

VANTAGENS ANTECIPADAS

- Complementa e reforça abordagens essenciais de fazenda-por-fazenda com baixo custo
- Unifica definições de sucesso por meio de alguns critérios-chaves de sustentabilidade
- Conecta o poder dos mercados com o poder do governo
- Aplicável a todos os produtos agrícolas e florestais, evitando "vazamento"
- Resultados em grande escala



¹ Nepstad, D. C., D. G. McGrath, C. Stickler, A. Alencar, A. Azevedo, B. Swette, T. Bezerra, M. DiGiano, J. Shimada, R. Seroa da Motta, E. Armijo, L. Castello, P. Brando, M. Hansen, M. McGrath-Horn, O. Carvalho, and L. L. Hess. 2014. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *Science* 344:1118-23.

+ FIGURA 1 Desmatamento, rebanho de gado e produção de soja em 2014 nos estados da Amazônia brasileira. Variação percentual em relação à média 1996-2005.

Um projeto da iniciativa Florestas, Fazendas & Finanças (3FI), maiores informações na última página.

Contato: Daniel Nepstad (dnepestad@earthinnovation.org), João Shimada (jshimada@earthinnovation.org) ou Oswaldo Carvalho, Jr. (ocarvalho@earthinnovation.org)

FINANCIADO POR | Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), Fundação Gordon e Betty Moore, Fundação Grantham, Linden Trust para Conservação, e Roger e Vicki Sant.

INCENTIVOS

Atualmente, agricultores e empresas agrícolas se deparam com um número impressionante de exigências de governos, instituições financeiras e empresas compradoras (Figura 2A). Os riscos associados com essas exigências poderiam ser reduzidos através de uma abordagem de desempenho territorial, abrindo o caminho para sistemas integrados de incentivos financeiros, regulamentares e contratuais.

Por exemplo, os procedimentos para o licenciamento de atividades agrícolas e acesso ao crédito poderiam ser facilitados em

municípios e estados com alto desempenho. Instituições financeiras poderiam oferecer melhores condições de empréstimos agrícolas em territórios com alto desempenho. Programas poderiam ser desenvolvidos para ajudar os agricultores a superar os obstáculos à implementação de práticas sustentáveis, apoiando os governos locais a fazer sua parte².

Aqui nós ilustramos este potencial com um breve resumo de um programa sob desenvolvimento (Figura 3).

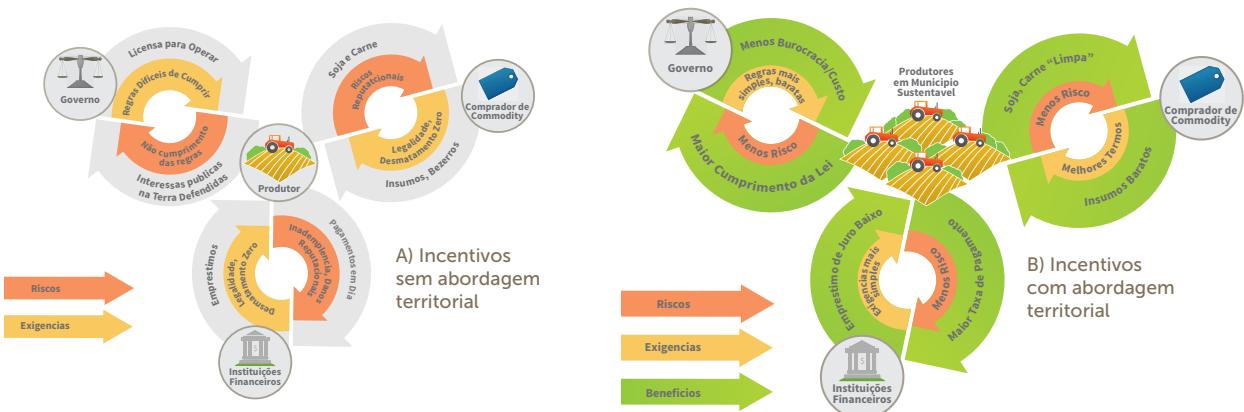


FIGURA 2 Incentivos regulatórios, financeiros e contratuais poderiam ajudar os agricultores em municípios de alto desempenho, inspirando ações coletivas para enfrentar o desmatamento.



FIGURA 3 No programa "Territórios de Inovação," municípios e organizações agrícolas uniriam forças para competir por recursos para apoiar agricultores ao acesso de linhas de crédito e aumento da produtividade. Alto desempenho, tais como o declínio do desmatamento, poderiam desencadear pagamentos adicionais para governos e agricultores.

2 Nepstad, Irawan, Bezerra, et al. More food, more forests, fewer emissions, better livelihoods: linking REDD+, sustainable supply chains and domestic policy in Brazil, Indonesia and Colombia. Policy Focus. Carbon Management. (2013) 4(6), 639–658

FINANCIANDO “TERRITÓRIOS INOVADORES”

Os agricultores da Amazônia brasileira não estão se beneficiando plenamente de programas públicos e linhas de crédito existentes para apoiar a transição para a agricultura de baixo carbono. Um dos principais obstáculos é a falta da capacidade de compreender e implementar práticas de baixo carbono e tecnologias e para acessar os programas de financiamento. Para superar essa barreira, estamos desenvolvendo um programa chamado “Territórios Inovadores” para fornecer assistência técnica e incentivos financeiros com base no desempenho territorial. O programa beneficiaria (1) governos locais comprometidos com a melhoria da produtividade, sustentabilidade e acesso a mercados para seus setores agrícolas e pecuários e (2) os agricultores já interessados em programas públicos de crédito rurais sustentáveis, como o PRONAF, INOVAGRO, e o Plano ABC³, mas que estão enfrentando obstáculos para acessar esses créditos.

OBJECTIVOS

- **Mobilizar crédito rural público** para investimentos em produtividade e práticas sustentáveis
- **Fortalecimento de governos locais** para apoiar agricultores e promover a governança ambiental
- **Envolver empresas ligadas a agricultura e pecuária** através de parcerias com o governos locais, e os agricultores e através de fundos correspondentes
- **Melhorar a assistência rural** para promover a melhoria contínua da produção e sustentabilidade
- **Incentivos no âmbito individual (fazenda) e territorial** em que governos locais e produtores privados possam receber pagamentos com base no desempenho com relação às metas socioambientais, e continuar a transição eficaz para práticas de baixo carbono

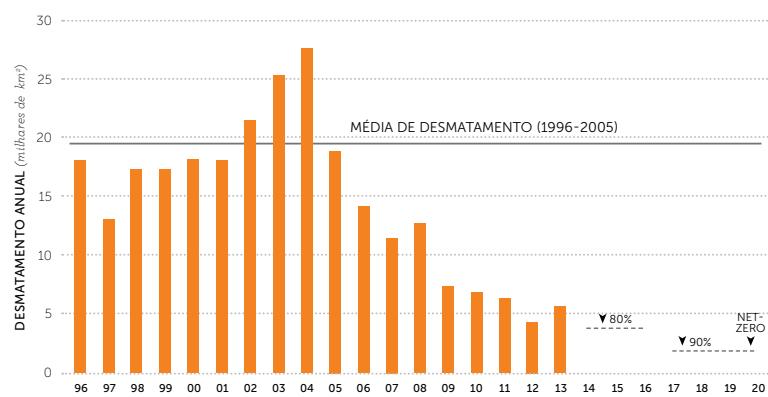
ESTRUTURA GERAL

O Programa “Territórios Inovadores” teria três níveis principais de implementação: (1) um Fundo de Contrapartida flexível capaz de receber contribuições de diversas fontes e emitir compensações de emissão de carbono “não comerciais”; (2) gestão territorial de subprogramas através de centros de tecnologia sustentável; e

(3) implementação de atividades de campo em unidades de produção.

MEDINDO SUCESSO

- **Nível individual:** Produtores devem demonstrar a implementação de práticas inovadoras.
- **Nível territorial:** A ferramenta “Plataforma Territorial de Monitoramento de Desempenho” (TPS) será utilizada para medir os indicadores de desmatamento, infrações trabalhistas, a produtividade agrícola, e conformidade ambiental estabelecidas através do processo de consenso multissetorial.

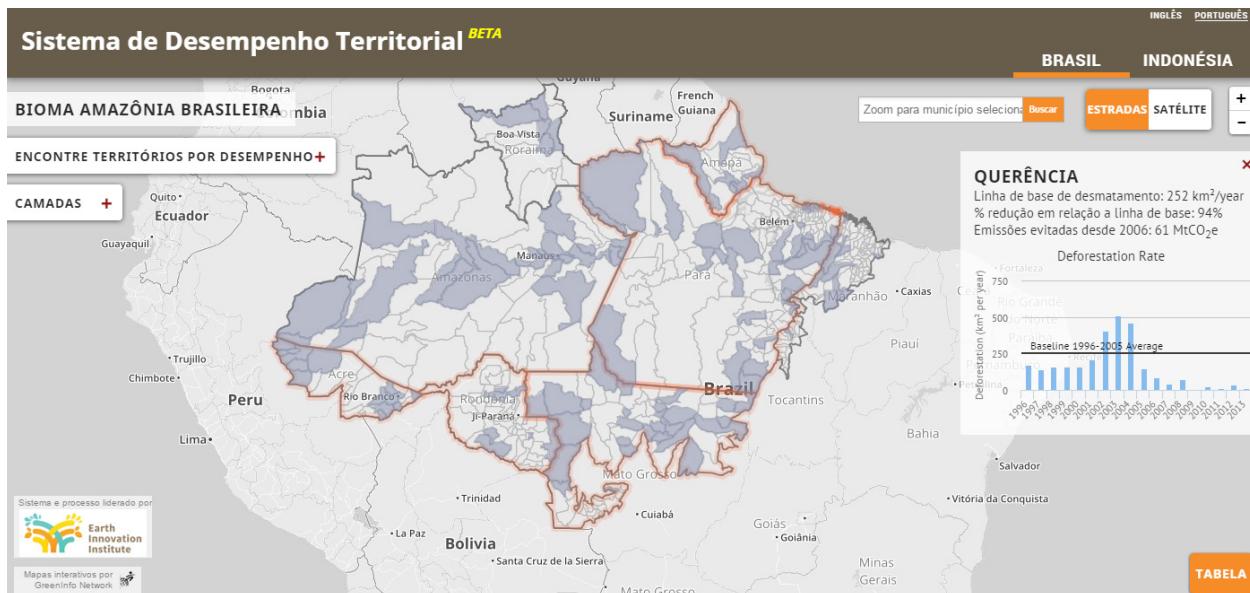


+ FIGURA 4 Desmatamento mensurado e projeções de futuras metas para a redução do desmatamento e alcance do desmatamento líquido zero em discussão. O progresso rumo às metas dependerá da implementação bem sucedida de incentivos positivos (ex. Fig. 3). Este caminho proposto para o desmatamento líquido zero é fruto do diálogo multissetorial brasileiro.

OUTROS SISTEMAS DE INCENTIVOS

Incentivos por desempenho para fazendas e territórios também podem ser materializados através da simplificação de regulamentações, aumento do acesso a linhas de crédito, e contratos celebrados entre compradores de commodities agrícolas e produtores, como ilustrado na figura 2.

³ Definições: PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, INOVAGRO: Incentivo à Inovação Tecnológica em Produção Agrícola, e Plano ABC: Plano de Agricultura de Baixo Carbono.



+ FIGURA 2 Incentivos regulatórios Imagem extraída da tela do Sistema de Monitoramento de Desempenho Territorial (TPS). Acesso online em: monitoring.earthinnovation.org/brazil

CONSENSO

No Brasil, assim como em outros países tropicais, várias iniciativas do setor privado, governos e sociedade civil estão se empenhando para conter o desmatamento e apoiar a agricultura e silvicultura sustentáveis. A queda do desmatamento em 70% no Brasil foi resultado de um conjunto diversificado de políticas, fiscalização e acordos voluntários com o setor privado, cada um com suas próprias métricas de sucesso. Assim, uma série de diálogos multisectoriais vem ocorrendo a fim de avançar uma abordagem unificada para frear o desmatamento e abordar outros critérios chaves de sustentabilidade.

Mais de 50 organizações participaram. Nessas reuniões, agências governamentais, comerciantes, processadores, produtores, empresas de varejo de soja e carne, instituições financeiras e sociedade civil estão dialogando para desenvolver abordagens regionais/“territoriais” para alguns critérios chaves

PARTICIPANTES DOS DIÁLOGOS MULTISSETORIAIS NO BRASIL

EMPRESAS: Abiec, Abiove, ADM, Aprosoja, BR Foods, Bunge, Cargill, a Dow, o Grupo Maggi, JBS, Marfrig., Mars, Minerva, Monsanto, Syngenta, Unilever; **AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS:** Instituto de Mudanças Climáticas (Acre), EMBRAPA, Programa Municípios Verdes (Pará), MInistério da Fazenda (Nacional), Secretário de Meio Ambiente (Mato Grosso); **SETOR FINANCEIRO:** Rabobank, Santander, Banco Mundial; **INSTITUTOS DE PESQUISAS & ONGS:** Agro.Icone, Aliança da Terra, Earth Innovation Institute (liderando), Forest Trends, IGEAGRO, IPAM, ISA, NWF, Proforest, Solidaridad, TNC, Wwf; **INICIATIVAS DE SUSTENIBILIDADE:** GRSB, GTPS, GTS, IDH, RTRS.

de sustentabilidade, unificando diversos programas e processos de promoção à sustentabilidade dentro de uma agenda positiva de mudança que chamamos de “desenvolvimento rural de baixa emissão”. O resultado tem sido uma convergência crescente entre os participantes no sentido de que, para alcançar mudanças em larga escala se faz necessária uma abordagem jurisdicional ou “territorial” para complementar e conectar processos da cadeia de suprimentos e políticas existentes. Também foi acordado que os critérios de prioridade para medir sucesso são: (1) o desmatamento, (2) infrações de trabalhistas, e (3) a produtividade agrícola, com outros atributos socioambientais importantes a serem adicionados num futuro próximo. Este relatório centra-se no progresso do primeiro critério, o desmatamento.

PLATAFORMA ONLINE

A Plataforma de Acompanhamento de Desempenho Territorial é uma ferramenta de mapeamento online que usa fontes confiáveis de dados existentes para monitorar de forma eficiente os indicadores de sustentabilidade na escala territorial.⁴ A estratégia de desempenho do sistema territorial exige uma plataforma de monitoramento para: (1) medir o sucesso rumo as metas de desempenho estabelecidas através dos diálogos multisectoriais e (2) facilitar a entrega de incentivos aos agricultores para a transição para uma produção

⁴ Um território é definido como uma geografia ou jurisdição política, tais como um município, estado, bacia hidrográfica, território indígena ou nação inteira. Nós utilizamos o termo em um contexto geral que descreve todas as possibilidades do termo, e é sinônimo de jurisdicional.

de baixo desmatamento e emissões de GEE. Uma plataforma comum de acompanhamento para o governo, o setor privado e a sociedade civil pode ajudar a alinhar as várias iniciativas e aumentar a escala dos impactos positivos. O bioma da Amazônia Brasileira e Kalimantan Central, na Indonésia, estão servindo como dois territórios pilotos, mas o sistema poderia ser replicado para qualquer outra região e adaptado aos processos locais.

VANTAGENS

- **SIMPLES:** concentrado em alguns indicadores chaves, mas pode ser expandido em sua complexidade ao longo do tempo
- **ACESSÍVEL:** baseia-se em sistemas existentes e em dados disponíveis
- **TRANSPARENTE & CONFIÁVEL:** utiliza fontes de

dados confiáveis que todas as partes interessadas podem acessar e entender

• **REGIONAL E “HOMEGROWN”:** desenvolvido por e para a região; implementação subnacional

• **RESULTADOS EM LARGA ESCALA:** mede o desempenho em larga escala; pode ser adaptada para diferentes hierarquias de jurisdições (ex. municípios, estados, e nações)

• **FORTECE AS INICIATIVAS EXISTENTES:** compatível com normas, certificações e compromissos existentes

PILOTOS

Para testar e refinar a abordagem territorial, EII e IDH elegeram 14 municípios localizados no Vale do Araguaia, Estado do Mato Grosso (MT). Esses municípios são responsáveis por 20% de



+ FIGURA 6
Mapa de 14 municípios de um estudo piloto do sistema de “Desempenho Territorial” no nordeste do estado de Mato Grosso.



todo o desmatamento no bioma amazônico do MT (PRODES, 2012) e 16% dos polígonos de desmatamento, em violação da Moratória da Soja (ABIOVE 2013).

Mais especificamente, buscamos compreender melhor os atuais sistemas de produção e os riscos para criar um plano regional de paisagens saudáveis, fazendas produtivas e desenvolvimento equitativo com redução do desmatamento. Vamos avaliar:

- **Questões ambientais críticas**, como o desmatamento, fogo, e a contaminação da água;
- **Possíveis planos para aumentar a produtividade**, melhorando a sustentabilidade socioambiental;
- **Violação da moratória da soja** devido ao plantio de soja em áreas desmatadas após 2008;
- **Municipalidades na lista negra do desmatamento**, classificadas como de alta prioridade pelo

Ministério do Meio Ambiente, devido às altas taxas de desmatamento nos últimos anos;

- **Ocorrência de infrações de leis trabalhistas** devido à ocorrência de trabalho forçado registrados na "Lista do Trabalho Escravo", elaborada pelo Ministério do Trabalho; e

- **Propriedades embargadas pelo IBAMA**: o número de propriedades embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), devido à extração ilegal de madeira ou desmatamento.

Além da identificação de padrões e avaliação de riscos, a análise integrada desses fatores será utilizada como base para diálogos multissetoriais locais, facilitando o desenvolvimento de estratégias para melhorar o desempenho da região e na implementação de um plano regional para reduzir o desmatamento e promover um desenvolvimento rural de baixa emissão.



ACORDO DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

PERGUNTAS FREQUENTES

1 | Porque o acordo de desmatamento é necessário?

Há pelo menos oito processos na Amazônia brasileira que foram criados para conservar as florestas, cada um com sua própria definição de sucesso. Esta profusão de processos e métricas de desmatamento é um problema porque fragmenta o diálogo entre governos, setor privado e a sociedade civil, o que dificulta o alinhamento de metas regionais compartilhadas. O acordo de desmatamento é uma definição consensual das metas e prazos para a redução do desmatamento em toda a região e que deve ajudar a superar essa fragmentação.

2 | O acordo de desmatamento é uma alternativa para programas de certificação no âmbito de fazendas?

Não. intervenções no âmbito de propriedades (fazendas) sempre serão necessárias. Contudo, o acordo de desmatamento visa complementar estas intervenções, porque vai permitir uma solução regional para uma questão que é difícil de abordar no âmbito de fazendas individuais.

3 | Qual a diferença entre o acordo de desmatamento e o Novo Código Florestal Brasileiro?

O acordo de desmatamento é complementar ao Novo Código Florestal, mas muito diferente. O acordo de desmatamento estabelece metas de desmatamento absolutas para a Amazônia brasileira, permitindo contudo que algum desmatamento possa acontecer. O Novo Código Florestal estabelece a porcentagem dentro de propriedades individuais que podem ser legalmente desmatadas. No Código Florestal, por exemplo, milhões de hectares de floresta amazônica podem ser legalmente desmatados. Juntos, o acordo de desmatamento e o Novo Código Florestal podem criar uma oportunidade importante para a transição para desmatamento líquido zero, ilegal zero.

4 | Qual a diferença entre o acordo de desmatamento e a Política Nacional de Mudanças Climáticas do Brasil (PNMC)?

A PNMC brasileira estabelece uma meta de

redução do desmatamento em 80% abaixo da média de dez anos (1996-2005) em 2020. O acordo de desmatamento estabelece essa mesma meta para o período que termina em 2017. Após de 2017, o acordo de desmatamento estabelece uma meta de redução do desmatamento em 90% abaixo da média de dez anos, com o objetivo de alcançar desmatamento líquido zero até 2020. Tendo em vista que a meta de 90% vai além do requerimento legal, ela só entra em efeito caso incentivos adequados e extensão rural sejam viabilizados.

5 | Qual a diferença entre acordo de desmatamento e a Moratória da Soja? E o Acordo de Gado brasileiro?

O acordo de desmatamento é complementar a essas iniciativas. Tanto a Moratória da Soja (MJ) como o Acordo do Gado (AG) estabelecem datas-limite de corte, excluindo produtores de soja e gado que plantem soja ou pasto em terras desmatadas após as datas de corte de acesso a empresas compradoras signatárias desses acordos. O acordo de desmatamento fornece um conjunto regional de tempo-metas encadeados para reduzir o desmatamento, que reforçam as mudanças no âmbito de propriedades abrangidas pela MJ e o AG.

6 | Como o “desmatamento líquido zero” é definido?

“Desmatamento líquido zero” é definido no acordo de desmatamento como desmatamento balanceado com florestas novas. Mais especificamente, a área de floresta natural madura que seja cortada a cada ano deve ser acompanhada por uma área igual ou maior de regeneração de floresta natural ou restauração florestal estabelecida no mesmo ano. Restauração florestal natural se refere a novas florestas plantadas, com menos da metade das espécies de árvores sendo exóticas e com, pelo menos, [30] árvores de espécies nativas do local. Regeneração natural da floresta se refere a áreas onde as atividades agrícolas e pecuárias terminaram e há o rebrote da floresta natural, e a área encontra-se protegida do gado, fogo e agroquímicos.

7 | O que acontece se toda a Amazônia brasileira não atingir as metas de redução do desmatamento?

O acordo de desmatamento foi concebido para favorecer o desempenho de maior escala. Caso toda a Amazônia brasileira alcance as metas para redução de desmatamento, por exemplo redução de 80% até ao final de 2017, ou redução de 90% a partir de 2018, então toda a região seria considerada no "caminho para o desmatamento zero", e isso seria aceito por todos os signatários e merecendo pleno acesso a mercados, créditos e incentivos. Caso toda a região deixe de atingir a meta, a unidade de desempenho então passa a ser o estado individual. Caso o estado não consiga atingir as metas, então a unidade de desempenho passa a ser o município/distrito. Caso o município não consiga atingir as metas, então o desmatamento passa a ser analisado no âmbito individual como ocorre atualmente, ou seja, uma fazenda de cada vez.

8 | Quais são as obrigações que uma empresa assume ao assinar o acordo desmatamento?

Ao assinarem o acordo de desmatamento as empresas se comprometem a implementar as

metas de desmatamento dentro de suas próprias políticas de compra /abastecimento. Supõe-se que as empresas vão continuar a investir nos seus programas de sustentabilidade nos âmbitos de propriedades individuais (fazendas e de processadores), contudo vão adotar o acordo de desmatamento como definição de sucesso para redução do desmatamento para toda a Amazônia brasileira. As empresas também se comprometem a trabalhar em conjunto com governos regionais e agricultores para atingir as metas.

9 | Quais são as obrigações que uma ONG assume ao assinar o acordo de desmatamento?

ONGs que assinam o acordo se comprometem a adotar e implementar as metas de desmatamento dentro de seus próprios programas e campanhas, e contribuem com programas para atingir as metas estabelecidas no acordo.

10 | Quais são as obrigações que uma instituição governamental assume ao assinar o acordo de desmatamento?

As instituições governamentais que assinam o acordo se comprometem a se esforçar para alcançar as metas de desmatamento dentro dos territórios sob sua influencia.



O Sistema de Desempenho Territorial é fruto da iniciativa Florestas, Fazendas & Finanças (3FI) que é liderada pelo Earth Innovation Institute em parceria com o Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM), Bonsucro, Forest Trends, Mesa Redonda para Carne Sustentável (GRSB), Mesa Redonda para Soja Responsável (RTRS), Mesa Redonda para Óleo de Palma Sustentável

(RSPO), Solidaridad, Unilever, World Wildlife Fund (WWF). IDH juntou-se aos "Diálogos Multissetoriais" como co-organizador no Brasil. 3FI é financiado pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), Fundação Gordon e Betty Moore, Fundação Grantham, Linden Trust para Conservação, e Roger e Vicki Sant.